



DOCÊNCIA: UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR

Olímpia Maria dos Santos

*Docente do Centro Universitário Geraldo Di Biase – UGB/FERP
Doutora em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela UFRJ*

Introdução

Este artigo resume uma pesquisa que buscou encontrar fundamentos teórico-filosóficos para a construção de material didático-pedagógico dentro da temática das questões etnicorraciais para ser utilizado por professores da área de Português. Num primeiro momento, chega à conclusão de que o (re)conhecimento da nação africana, pautado numa recriação mítica, é um percurso obrigatório para divulgar uma história pouco difundida, mas, digna de fazer parte da construção de uma sociedade mais justa e agradável.

O principal objetivo deste trabalho é refletir sobre a (re)criação das culturas tradicionais africanas, como percurso obrigatório para a (re)afirmação dos valores dessas culturas. Haja vista, nos tempos atuais, uma outra demanda que “obriga” à revalorização de sociedades, que foram, por vários séculos, amortalhadas e marginalizadas, torna-se imperioso reconstruir um passado digno e dignificante, grande e poderoso, para servir de alicerce a uma história diferente, substituinte de uma outra, aviltante e reducionista.

No início de 2011, iniciamos o Projeto de Iniciação Científica¹: “Estudo da cultura e da literatura afrodescendente nas escolas: algumas reflexões e distorções existentes entre teoria e prática”, com a finalidade precípua de, após fazer o levantamento da aplicabilidade e/ou não das Leis 10639/2003 e 10 465/2008²,

¹ Projeto de Iniciação Científica desenvolvido, em 2011, no Curso de Letras, sob o patrocínio do Centro Universitário Geraldo Di Biase. Os alunos participantes desse projeto foram: Christiano Pereira do Amaral, Daniela Mara Baptista da Silva, Flávio do Valle Azevedo, Igor Neves Patrocínio e Lívia Moraes Knupp.

² As leis versam o seguinte: Art. 26-A – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º – O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos



construir material didático-pedagógico para ser oferecido a professores de Língua Portuguesa e de Literatura, da Rede Estadual do Ensino do Rio de Janeiro.

Partimos, então, da hipótese de que os professores, em sua grande maioria, ainda não trabalhavam as questões etnicorraciais no seu cotidiano escolar. Junto com essa problemática, que acabou sendo confirmada por meio de questionário aplicado aos docentes, também procuramos investigar quais as razões dessa não aplicabilidade da referida Lei. O motivo mais evidenciado foi a carência de material didático-pedagógico.

De posse dessas informações, organizamo-nos, então, para a construção do material didático-pedagógico. A fim de termos uma diretriz quanto à escolha de gêneros e de tipologias textuais, pautamo-nos no Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro (cf. referências bibliográficas), especificamente do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano³. Esta escolha foi motivada pelo fato de acreditarmos que o ensino de Literatura deve estar presente em todas as séries do ensino, independente de haver e/ou não a nomenclatura dessa disciplina.

Posto isso, outros questionamentos surgiram no momento da elaboração do material⁴, quando devíamos decidir que direcionamento teórico-filosófico imprimiríamos aos trabalhos. Tínhamos um objetivo definido: trabalhar as questões etnicorraciais, voltadas para a (re)valorização de culturas que, por séculos, foram fragmentadas e estereotipadas, entretanto, deparávamo-nos com outra problemática, relacionada a como falar de questões tipicamente africanas, num Brasil, matizado por tantas culturas, onde é difícil, talvez quase impossível, delimitar as fronteiras de umas e de outras. Por outro lado, depois de algumas leituras,

étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º – Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

³ Essas discussões foram bastante enriquecidas pelo professor Alexandre Batista da Silva, Coordenador do Curso de Letras, do Centro Universitário Geraldo Di Biasi, de Volta Redonda. Ele nos instigava sempre a procurarmos uma interface da história que pudesse provocar, de fato, reflexões profundas e ligadas à nossa realidade.

⁴ Falamos para professores, cuja jornada de trabalho deixa pouco tempo para pesquisas e preparos mais aprofundados de aulas. O ideal seria que os docentes pudessem participar, mais efetivamente, da construção do material que utilizam no cotidiano escolar.



observamos que era necessário fugir dos estereótipos, ainda tão presentes no ensino da história e das culturas africanas.

Em vista disso, optamos por seguir a diretriz da (re)criação do passado ancestral africano, refletido à luz das experiências presentes. Ao retomarmos esse tempo pretérito remoto, pretendemos alcançar os seguintes objetivos: o primeiro, o (re)conhecimento dos princípios norteadores das vidas africanas, antes do colonialismo; o segundo, a consciência de que a África ancestral é uma (re)criação, feita para dignificar a história de um povo, cujas mãos, como diria, Agostinho Neto, “colocaram pedras, nos alicerces do mundo⁵”.

O corpo deste nosso trabalho fundamenta-se, em vista disso, em mostrar uma breve teorização sobre a (re)criação das culturas ancestrais.

A HISTÓRIA DA AFRICA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Hoje, de maneira geral, quase todos se identificam com uma nacionalidade, compreendida como um vínculo de “laços históricos, culturais e lingüísticos”⁸, associado a um determinado espaço geográfico. É tão natural isso, que, esse fato, muitas vezes, oculta a história de que as nações são criações relativamente recentes, surgidas dentro de um contexto específico, notadamente, marcado pela queda das políticas absolutistas e pela ascensão do liberalismo e do capitalismo. A partir da necessidade dessa representação, naquele dado contexto, outras representações foram sendo “inventadas”, sempre de acordo a acompanhar as transformações, decorrentes de novas demandas.

O conceito de nação é, portanto, dinâmico e, como decorrência desse fato, para apreendê-lo é indispensável interpretar os contextos e pretextos. Sendo assim, conforme os interesses, necessidades e possibilidades diferentes de cada época, os conceitos de nação vão sendo moldados e remodelados na trajetória dos tempos. Aspectos considerados de somenos importância numa dada fase podem ganhar destaque em outra; fatos históricos, na passagem de um tempo a outro, podem

⁵ NETO, 1995.



receber roupagem focalizada sob outro ângulo; tradições esquecidas emergem do túmulo do tempo e ganham corpos de raízes fundacionais de nação.

Essa maleabilidade da identidade de nação levou estudiosos à conclusão de que o conceito de nação é produto do imaginário. Em Stuart Hall, um dos pesquisadores que se debruçam sobre o assunto, encontramos a corroboração de tal afirmativa, quando diz, por exemplo, que: “As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.”⁶

O poder dos discursos sobre fatos acontecidos destaca-se, então, como vetor de ações e de transformações humanas, de certo modo afinadas com alguma espécie de poder e de ideologia. O conhecimento da história passa, sob essa perspectiva, obrigatoriamente, por uma leitura crítica das fontes produtoras dos discursos: quem escreveu, quando escreveu, como escreveu, em que condições escreveu. A perspectiva da história é, sob este ângulo, relativizada, em pareceres sempre passíveis de serem substituídos por outros.

A este respeito, Michel de Certeau afirma: “Toda interpretação histórica depende de um sistema de referência, que este sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à “subjetividade” do autor.”⁷ A construção da identidade nacional acopla-se a essa maleabilidade de ressignificação ou, em outras palavras, é produto de uma ideação, a cujos objetivos procura atender.

A constatação de que a história é, em parte, tecida nos meandros do discurso e, por analogia possível, de que a nação é representada por uma gama seletiva de histórias e de tradições, estabelece uma linha bastante tênue entre história e ficção e pergunta-se: “Não será também a história uma grande ficção?” Entretanto, mesmo considerando-se o aspecto da criação, passível de estar presente nas duas áreas, “facto” e “fictu” têm suas próprias especificidades, embora, ambas possam se valer mutuamente, num processo de simbiose, apto a alargar o entendimento tanto de uma área quanto da outra.

⁶ HALL, 2003(B).

⁷ CERTEAU, 2007.



Valemo-nos de outra teórica, Linda Hutcheon, para embasar a afirmativa: “Nessa perspectiva, história e ficção obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com a sua própria textualidade.”⁸

A reconstrução da história, a remodelação da nação, o anseio por uma distinção identitária são matrizes comuns num contexto atual, “onde tudo o que é sólido desmancha no ar”⁹. Que país hoje não busca a sua reconstrução identitária? Em se tratando de Brasil, essa reconstituição é bastante arenosa, em vista das múltiplas culturas que formam a realidade do país.

Entretanto, quando se fala de África, é obrigatório reconhecer que uma das bases fundacionais da cultura brasileira assenta-se nesse continente, de onde vierem milhões de negros para servir de mão-de-obra escrava. Este fato tanto confirma a presença decisiva de negros na constituição da cultura brasileira quanto estabelece a necessidade de um ajuste de contas (ainda) com a cultura e a história desse povo.

Por isso, parece-nos oportuno, ao discutirmos o assunto em sala de aula, provocar o conhecimento sobre o passado ancestral africano, no que ele tem de mítico, ou seja, no que tange às bases da construção de uma nação, a fim de os afrodescendentes, mesmo conscientes de que o passado não volta mais, poderem (re)conhecer essa África-Mãe, em substituição a essa outra África criada pelo colonialismo. A nação, aqui, surge como (re)criação de um passado que pode ser ostentado sem medo de preconceitos e de marginalizações.

Considerações finais

Quando iniciamos o projeto de Iniciação Científica, “Estudo da cultura e da literatura afrodescendente nas escolas: algumas reflexões e distorções existentes

⁸ HUTCHEON, 1991.

⁹ HOBSBAWM, 1997.



entre teoria e prática”, não tínhamos ideia do quanto a organização do material didático-pedagógico exigiria de nós. Parecia-nos, num primeiro momento, que, feita a seleção dos textos e dos materiais que serviriam de objeto, o mais seria apenas uma questão de adequação aos currículos oficiais.

O primeiro obstáculo com o qual nos defrontamos foi o de saber por que selecionar determinados textos em detrimento de outros; foi ainda o de saber que tipos de questões seriam exploradas, a partir de quais concepções ideológicas. Alguns exercícios que compulsamos em livros didáticos nos serviram de alerta para saber o que não queríamos, pois, consideramo-los corroboradores de uma mentalidade de desprestígio (ainda que inconscientemente).

A recorrência ao cotejamento entre o passado ancestral africano e o presente vivido, num outro contexto, com outras necessidades e outros dilemas, parece-nos, ao menos, neste momento, uma alternativa para nos orgulharmos do nosso passado, mas sempre conscientes de que a vida é uma construção contínua, de todos os dias, com muitos desafios a vencer, onde, entretanto, as questões de discriminação de preconceito devem estar banidas.

Assim, a organização do material didático pedagógico a ser oferecido aos professores, terá, por base, filosoficamente falando, o cotejo entre as tradições africanas, sentidas e refletidas à luz dos valores dos dias atuais. Com isso, queremos tanto (re)valorizar a história dos africanos quanto abranger uma história atual, onde as fronteiras culturais são tão tênues.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989.
_____. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BALOGUN, Ola. Forma e expressão nas artes africanas. In: SOW, Alpha I.;

BALOGUN, Ola et. Alii. Introdução à cultura africana. Tradução L. Godinho [et al]. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENJAMIN, Walter. Sobre arte, técnica, linguagem e política. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.



BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. – Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BROOKSHAW, David. Raça e cor na literatura brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CERTEAU, Michel. A escrita da história. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ELIADE, Mircea. Mitos, sonhos e mistérios. Tradução Samuel Soares. Lisboa: Edições 70, 2000.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras negras. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Cadernos Cespuc de Pesquisa, n. 1 (1996). Belo Horizonte: PUC Minas, 1996.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora

UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____ (b). A identidade cultural na pós-modernidade. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBBSAWM, Eric. A era das revoluções. 18ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUTCHEON, Linda. Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

NETO, Agostinho. *Sagrada esperança*. 7 ed. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1995.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.



QUEIROZ, Suely Robles de. *Escravidão negra no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1993.

RIO de Janeiro. (Estado). Secretaria de Estado de Educação. *Currículo Mínimo. Língua Portuguesa e Literatura. Área: Linguagens, códigos e suas tecnologias*.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 1ª Reimpressão.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 3ª Reimpressão

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1986.

SANTOS, Olímpia Maria dos. *A alegórica “materna mãe” angolana – uma reescrita da história e das tradições pelos romances de Boaventura Cardoso*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Tese de Doutorado. Mimeo.

SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. *Conceitos de Literatura e História*. Apostila distribuída no Curso de Mestrado / mar 2000. Mimeo.

SOUZA, Maria Elena Viana. *Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a Lei 10. 639/03*. Rio de Janeiro: Rovellet, 2009.